

SERVIÇO INTER-FRANCISCANO DE JUSTIÇA, PAZ E E ECOLOGIA



MUNDO AMAZÔNIA

7º Edição

Julho de 2022





EDITORIAL

O Boletim Mundo Amazônia apresenta nesta edição o importante trabalho “A Luta pela Terra na Amazônia: mortos na luta pela terra! Vivos na luta pela terra!”, dos professores Rogério Almeida e Elias Sacramento, ligados a UFOPA, Universidade Federal do Oeste do Pará. Trata-se do segundo número em que apresentamos resultados de pesquisas e trabalhos referidos à trajetória de violência contra as e os defensores de direitos socioambientais na Amazônia. Uma realidade que, lamentavelmente, vem sendo intensificada, seguindo raízes tradicionais da ocupação colonial da região.

Divulgar estas pesquisas é parte de nosso trabalho de ampliar, por um lado, o conhecimento e a consciência quanto às ameaças a que estão submetidas comunidades, líderes e defensores na Amazônia. Mas, também, se vincula ao compromisso de buscar alternativas que fortaleçam as lutas comunitárias.

Neste momento em que a Amazônia efetivamente tem destaque central como coração pulsante do planeta, garantir condições de vida e sustentabilidade do bioma supõe a defesa contra práticas violentas e violadoras dos direitos dos povos, das comunidades e dos territórios.

Esperamos e confiamos que este Boletim contribuirá com a urgente causas de defesa das e dos defensores, garantia de sua segurança e liberdade.



SUMÁRIO

Amazônias: desde o primeiro colonizador, as experiências desenvolvimentistas impostas consagraram a violência como elemento estrutural. O período da Ditadura Civil Militar é considerado o mais sangrento **04**

A luta pela terra e as Amazônias: aos não iniciados sobre um mundo distante **05**

A chacina da família de Zé Lago no Xingu **07**

A Gestão das Unidades de Conservação (UC) no estado e a Política Estadual de Manejo Florestal Comunitário e Familiar (PEMFCF) **10**

Década de 1980: mais sangrenta na história de luta pela terra no Pará **12**

Anos de 1980 – a década mais sangrenta no estado do Pará **14**

Lista de Abreviações **19**



Amazônias: desde o primeiro colonizador, as experiências desenvolvimentistas impostas consagraram a violência como elemento estrutural. O período da Ditadura Civil Militar é considerado o mais sangrento

Neste percurso de “conquista” da região, as populações têm sido expropriadas e dirigentes sindicais, ambientalistas, defensores de direitos humanos assassinados, bem como seus apoiadores. Ao longo dos anos execuções e chacinas se amontoam sob o manto da impunidade.

*O presente trabalho faz parte de projeto de extensão da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA) “A Luta pela Terra na Amazônia: mortos na luta pela terra! Vivos na luta pela terra!”. **Rogério Almeida e Elias Sacramento** animam o projeto.*

A iniciativa ocorre em diálogo com o MST, a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Pará (Fetagri), a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e a Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos (SDDH) em recuperar parte da memória de posseiros, dirigentes camponeses, chacinas, religiosos e advogados que tombaram na luta pela terra no estado do Pará.

Familiares, amigos, educadores e pesquisadores assinam relatos sobre os dirigentes João Canuto, Expedito Ribeiro, Virgílio Sacramento, Irmã Adelaide, Padre Josimo, as chacinas ocorridas nos anos da década de 1980, o Massacre de Eldorado, os assassinatos dos advogados Gabriel Pimenta, Paulo Fonteles e João Batista, entre outros casos. Cinco seções integram o livro: i) Camponeses; ii) Chacinas, iii) Religiosos; iv) Advogados; e v) Entrevistas, além de anexos sobre andamento de processos e lista de marcados para morrer. Todos os nomes dos envolvidos em casos de assassinato e outros crimes no texto a seguir estão judicializados.

A luta pela terra e as Amazôniaas: aos não iniciados sobre um mundo distante

“Essa cova que estás/com palmo medida/É a conta menor que tiraste em vida. [...] Não é cova grande/É cova medida/É a terra que querias ver dividida”. - João Cabral de Melo Neto poeta e diplomata pernambucano assina os versos que datam da quadra dos anos de 1950 do século passado.

Eles fazem parte da obra *Morte e Vida Severina*. Nela, Cabral narra a saga da família de retirantes em busca de dias melhores. Um pedaço de terra para trabalhar. Terra para trabalho. Não para a especulação. Ao invés de vida nova, o retirante Severino depara-se com a morte.

No continental país, a saga de Severinos aos montes possui o mesmo desfecho: a morte e uma cova rasa. Tudo poderia ser diferente não fosse a concentração da terra um fenômeno que permanece. O monopólio da terra por um pequeno grupo de pessoas, direcionado para o monocultivo, este voltado para atender o mercado mundial, tendo como força o trabalho escravo de populações africanas conformou o mundo agrário brasileiro.

Trata-se de uma estrutura em pleno vigor até dias de hoje. O monopólio da terra por um pequeno grupo tem representado a inserção deste na política, o controle dos meios de comunicação, além de empenho no desmonte de alguns direitos garantidos na Constituição de 1988, como a agenda de ataque sistemático a indígenas, quilombolas e camponeses, para não falar de outros setores.

No Congresso Nacional o grupo é conhecido como “Bancada do Boi”, que junto às bancadas

da “Bíblia” e da “Bala” representam a principal fração de poder da ala conservadora. Frações que defendem com unhas e dentes a manutenção da estrutura e o aprofundamento dela, o uso intensivo de veneno em lavouras, a mineração em terras indígenas e quilombolas, e a construção de grandes obras sobre elas, onde nem as unidades de conservação escapam. Em resumo, um projeto de morte contra as populações locais.

Muitas das vezes em várias regiões do país, o prefeito, o governador ou o parlamentar do Legislativo é o fazendeiro, o dono dos meios de comunicação do lugar, proprietário de concessionárias de automóveis, o dono da padaria ou de outro setor de negócios. É o grileiro de terra, o que escraviza trabalhadores e mobiliza milícias, além de organizar leilões para a paga de pistoleiros.

É próximo ou mesmo parente de delegados e juizes. O “dono” do lugar. “Senhor” da vida e da morte de seus adversários. Em alguns casos são traficantes ou possuem relações com o tráfico. Nas paragens amazônicas o contexto é recorrente. Região que representa mais de 50% do território nacional.

A concentração da terra é uma pedra no caminho da democracia. Uma realidade que conformou hierarquias de poder, associações de diferentes grupos econômicos e políticos para a permanência deste ambiente, onde imperam violências físicas e simbólicas. Neste contexto satanizar a luta pela reforma agrária, pela defesa do meio ambiente e direitos humanos ou criminalizá-la tem sido um dos recursos de diferentes setores da sociedade.

Nesta máquina de moer gente, dirigentes sindicais que escapam a sanha das violências físicas, acabam por sofrer ações judiciais, assim como as instituições que representam. Uma estratégia de inibição e engessamento das ações de luta pelo aprofundamento da democracia.

Situação que tem nos meios de comunicação das elites nacionais forte amparo e repercussão. A História do país tem sido marcada por uma aquarela de privilégios para poucos e de privações para muitos, onde o acesso à Justiça é um caso clássico.

Este, atestado pelo rosário de impunidade com relação aos registros de execuções e chacinas que ferem as Amazônias, em particular o estado do Pará, líder absoluto em violência no campo. Em nenhuma outra parte do país a questão da luta pela terra foi tão sangrenta e tão marcante na privação do acesso à Justiça.

Sobre violências o belo samba da Estação Primeira de Mangueira de 2019 alertava que existe sangue retinto pisado, atrás do herói emoldurado ao refletir sobre as lutas populares do país e seus impulsionadores, que a História insiste em apagar, em todos os sentidos: físico e simbólico. E, como há sangue retinto pisado sobre as Amazônias. No caso da “conquista” da Amazônia brasileira, um riomar de sangue transborda por todos os quadrantes da História.

Sobre as Amazônias o saque, a pilhagem, as violências representam elementos estruturantes. Ao longo dos anos os embates na luta pela terra, pelo controle das florestas, dos rios e do subsolo prosseguem a consagrar

violências contra as populações locais, em particular dirigente sindicais ligados à luta pela terra, ambientalistas, defensores de direitos humanos, bem como pessoas alinhadas às bandeiras da luta popular, a exemplo de religiosos e advogados.

Execuções, assassinatos, chacinas constam por todo o território amazônico, em particular nas paragens do Estado do Pará. A política de integração física da região imposta pelos militares na década de 1960 representa um divisor de águas. Ela favoreceu grandes empresas nacionais e internacionais para que se apossassem de grandes extensões de terras.

“

...existe sangue retinto pisado, atrás do herói emoldurado ao refletir sobre as lutas populares do país e seus impulsionadores, que a História insiste em apagar, em todos os sentidos: físico e simbólico.”

A exploração da madeira, a instalação da pecuária e extração mineral foram os principais projetos. O sudeste do Pará abrigou a maior parte destes. É a mesma região que concentra os piores indicadores de desmatamento, trabalho escravo e violência na luta pela terra em toda a região.

A presente edição do boletim tem por objetivo iluminar um pouco sobre a questão da violência na luta pela terra, sobre os defensores do meio ambiente e direitos humanos, e a sua permanência como elemento estruturante no conjunto das políticas de desenvolvimento impostas para a região, que tem no Estado o seu principal indutor marcado pela postura autoritária.

A chacina da família de Zé Lago no Xingu



Zé do lago e família. Assassinados em São Félix do Xingu, sudoeste do Pará em janeiro de 2022. Fonte. Redes sociais

Mal iniciou o ano de 2022 o estado do Pará registra a primeira chacina. O caso ocorreu na região do Xingu, no estado do Pará, onde grileiros, fazendeiros, traficantes e mineradoras possuem interesse nas terras, na floresta, no subsolo e nas águas dos rios.

O crime ocorreu no município de São Félix do Xingu, sudoeste do estado, onde a família do senhor José Gomes, conhecido como “Zé do Lago” (61), a esposa Márcia Nunes Lisboa, (39) e a filha de 17 anos, Joane Nunes Lisboa, foram executados a tiros, no dia 09 de janeiro. Até o momento, os órgãos de segurança do estado não possuem maiores informações sobre a motivação da chacina. E, ao invés de investigarem a cadeia do crime que resultou no massacre, chafurdam no passado do executado, conta reportagem do site Repórter Brasil, assinada por Pablo Fernandes, publicada no fim de fevereiro.

Nota da Comissão Pastoral da Terra (CPT) explica que a família se dedicava ao repovoamento de quelônios (tracajás e tartarugas) no rio Xingu há mais de duas décadas, em uma Área de Preservação Ambiental (APA) Triunfo do Xingu. A unidade

de conservação estadual é responsabilidade do Instituto de Terras do Pará (Iterpa), instituição do estado que trata da questão agrária, e do Instituto do Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade (Ideflor-Bio) responsável pela questão florestal.

Trata-se de um território carcomido por ações ilegais que perpassam pela exploração ilegal de madeira, grilagem, garimpo e pecuária. Estima-se que pelo menos 40% do território da APA já tenham sido destruídos por tais atividades.

A APA ocupa uma área total de 1.679.280,52ha, localizada na fronteira com os igualmente conflituosos municípios de Altamira e Anapu. Vale onde a missionária e agente da CPT Dorothy Stang foi assassinada em fevereiro de 2005. Uma execução precedida pelas mortes dos dirigentes sindicais Ademir Federicci (Dema) e Bartolomeu Morais da Silva (Brasília).

Informações da mesma CPT advertem que o município e toda a região do Xingu não fogem à regra de foco de tensões do que ocorre por todo o Pará. No vale do Xingu madeireiros ilegais, garimpeiros, grileiros protagonizam situações de tensões junto a camponeses, pescadores, indígenas e extrativistas. Situações que têm desembocado em assassinatos, chacinas e trabalho escravo.

Reportagens da Folha de São Paulo e do site Repórter Brasil dão conta que a família tinha as terras onde moravam cobiçadas pelo fazendeiro Francisco Torres de Paula Filho, conhecido como “Torrinho”, nada mais nada menos que o presidente do Sindicato dos Produtores Rurais de São Félix do Xingu.

Torrinho vem a ser irmão do prefeito da cidade, João Cleber de Souza Torres (PMDB). Sigla controlada no Pará pelo veterano político Jader Barbalho, pai do atual governador do estado.

As reportagens da Folha de São Paulo, do site Repórter Brasil e dados sistematizados pela CPT dão conta que tanto Torrinho quanto o seu irmão, João Cleber, são acusados de crimes de grilagens de terras e mandantes de execuções de desafetos.

Reportagem de Phillippe Watanabe, publicada pelo site UOL em dezembro do ano passado, alerta que o fazendeiro e prefeito desmata a fazenda Bom Jardim desde pelo menos 2008. Uma área que faz parte de uma Unidade de Conservação (UC), conseqüentemente, terra grilada. Iniciativas que por ironia, apesar de toda a cadeia de ilegalidade, ainda conseguem acessar financiamentos públicos.

A reportagem de Watanabe adverte que a fazenda, que também invade território Kaiapó, coleciona multas e embargos no Ibama. A fazenda usada para a criação de gado é um dos fornecedores do grupo JBS. A fazenda Baú é outra área controlada pela

família Torres, que também ocupa a unidade de conservação estadual.

As mesmas reportagens esclarecem que os interesses da família Torres ultrapassam as cercas de grilagens de terras e pecuária, e desembocam em atividade de garimpo, onde consta na Agência Nacional de Mineração, 18 pedidos de lavra, em 2020. Desse conjunto cinco foram indeferidos por conta de sobreposição em áreas de assentamento da reforma agrária, e pelo 11 por conta de localização em terras públicas. Uma guerra de mapas.

Ainda segundo as mesmas fontes, relatório do Ministério Público Federal (MPF) acusa a família Torres em comandar o crime organizado na região do Xingu. O prefeito João Cleber Torres também é citado criminalmente acusado de ser o mandante da execução de sete trabalhadores. Crime ocorrido em 2003 na comunidade conhecida como Vila Taboca. A disputa por terra envolvia a Fazenda Ouro Verde. O mesmo prefeito foi denunciado pelo MPF por trabalho escravo na Fazenda Bom Jardim.



São Félix do Xingu. Fonte: Portal Amazônia

SÃO FÉLIX DO XINGU – A CIDADE DO BOI

O município de São Félix do Xingu onde Zé Lago e família foram executados é notório por concentrar o maior rebanho de gado do estado, 2,5 milhões de cabeças. Dados organizados pelo jornalista Lúcio Flávio Pinto sinalizam que seriam 20 cabeças para cada um dos 140 mil habitantes da cidade.

Onde há gado, há grilagens de terras, crime organizado, e um pulsante desmatamento. Em 2019 o município desmatou 10% de seu território, o que equivale a 9,2 mil quilômetros quadrados, o que representa um terço de tudo que foi derrubado em toda a Amazônia naquele ano, analisa Pinto.

Por conta da alta presença da pecuária, o município também lidera a emissão CO2 na atmosfera. O Vale do Xingu, que um dia concentrou uma estonteante floresta do nobre mogno, foi palco de uma das maiores tentativas de grilagem de terra na Amazônia.

A ação teve como ponta de lança o paraense que fez fortuna no estado do Paraná, (eh Paraná), durante a ditadura civil militar com a construção de obras públicas, Cecílio de Rêgo Almeida, dono da empresa C.R Almeida. Tanta era a grana que o sujeito chegou a integrar a lista da Forbes. A tentativa de fraude envolvia uma área maior que o território do estado da Paraíba. Na Justiça do estado do Pará, Lúcio Flávio Pinto, por denunciar o crime foi condenado a pagar indenização ao grileiro, já falecido.

MORTES SEM FIM - 62 trabalhadores rurais foram assassinados em situações de conflito na luta pela terra no município, e em nenhum caso ocorreu de algum réu ir a julgamento. 29 massacres com o total de 152 vítimas

transcorreram no Pará ao longo dos últimos 40 anos, sinalizam dados da CPT. A maioria sob o manto da impunidade, o principal indutor para a permanência de execuções e chacinas, bem como a parcialidade no Judiciário na mediação das situações de conflito, e inquéritos e investigações precários, quando os mesmos chegam a ser instaurados.

O episódio da família de Zé do Lago soma-se ao vasto inventário de casos de assassinatos de mortes na Amazônia, onde o estado do Pará tem se consagrado como líder absoluto em casos de situações de conflitos na luta pela terra. Situações onde via de regra tombam camponeses e camponesas, defensores e defensoras dos direitos humanos e do meio ambiente, e seus aliados, a exemplo de advogados e religiosos.

“

Em 2019 o município desmatou 10% de seu território, o que equivale a 9,2 mil quilômetros quadrados, o que representa um terço de tudo que foi derrubado em toda a Amazônia naquele ano, analisa Pinto.

Neste cenário de luta pela terra a década de 1980 é considerada a mais letal. Tempos do apogeu da União Democrática Ruralista (UDR), de uma pujante e desinibida pistolagem por todo o Bico do Papagaio. Uma região que congrega o sudeste do Pará, o Norte do Tocantins e o Oeste do Maranhão. Chacina da Fazenda Ubá, Chacina da Fazenda Princesa, assassinatos na família Canuto, dos advogados Paulo Fonteles, Gabriel Pimenta e João Batista, dos religiosos Padre Jósimo e da irmã Adelaide Molinari constam como alguns dos casos do período. Sem falar na coerção pública e privada, prisões arbitrárias, torturas, destruição de casas e roças.

SANGUE SEM CERCAS - A História da “conquista” da fronteira é uma história de expropriação de suas populações e assassinatos. Situações amalgamada por precárias investigações, processos morosos e inconclusos no Judiciário – quando os mesmos chegam a ser instaurados -, este celebre por sua parcialidade em situações de conflitos que envolvem grandes corporações, grileiros de terras e fazendeiros e a sociodiversidade local da região.

No início dos anos 2000, quando do recrudescimento da violência no campo nas paragens do sudeste do Pará, o sindicalista José Pinheiro Lima, conhecido como Dedezinho, a esposa Cleonice Campos Lima e o filho deles, Samuel Campos Lima, de 15 anos foram assassinados dentro da própria casa, no distrito de Morada Nova, em Marabá.

O dirigente sindical estava em uma rede acometido por malária quando da execução.

O adolescente foi alvejado por tiro de escopeta pelas costas quando tentava fugir da sanha dos petroleiros. Os fazendeiros acusados pela chacina, João Davi de Melo e o ex-presidente do Sindicato dos Produtores Rurais de Marabá, Evandro Marcolino Caixeta foram absolvidos pela acusação em julgamento ocorrido no ano de 2016.

Em 2011, o casal de extrativistas do município Nova Ipixuna, sudeste do estado, José Cláudio e Maria do Espírito Santo, do Projeto Agroextrativista Praia Alta Piranha teve o mesmo desfecho, vítima de tocaia encomendada por grileiros de terra. Em 2019, a dirigente do Movimento pelos Atingidos por Barragens (MAB), Dilma Ferreira da Silva (45), foi assassinada no município de Baião, no Baixo Tocantins. Na mesma chacina tombaram ainda o esposo da dirigente, o senhor Claudionor Costa da Silva (43), e um conhecido da família, o senhor Hilton Lopes (38).

A Gestão das Unidades de Conservação (UC) no estado e a Política Estadual de Manejo Florestal Comunitário e Familiar (PEMFCF)

Em 2019, a contragosto do manifesto apresentado pelos funcionários do Ideflor-Bio, que desejavam um colega de carreira, o governador nomeou a pedagoga Karla Bengtson. A educadora é nora do ex deputado federal e pastor da Igreja Quadrangular, Josué Bengtson. O líder religioso perdeu o mandato em 2018 por envolvimento na “máfia das ambulâncias”. O

filho, Marcos, é acusado de articular a morte do lavrador do MST Valmeristo Soares. Valmeristo – conhecido como Caribé.

Em sete de setembro de 2010, Marcos chegou a ser preso por conta do crime ocorrido no dia quatro do mesmo mês em Santa Luzia do Pará. Em 2014, Karla pleiteou sem sucesso uma cadeira no legislativo do estado. Na

Câmara Federal, apesar da cassação do patriarca, o filho, igualmente pastor, Paulo, foi eleito e integra a Comissão de Ética.

Apesar do ambiente político adverso, é justo contra este ambiente de indicadores de desmatamento, exploração ilegal da

“

63% das florestas públicas do Pará encontram-se em territórios de comunidades tradicionais. A área equivale aproximadamente a 1,2 milhões de hectares, sob domínio de indígenas, extrativistas, remanescentes de quilombos, quebradeiras de coco babaçu, camponeses, e outras diversidades sociais, esclarece a minuta do documento da PEMFCF.

madeira, concentração da terra, monocultivo homogeneizadores, uso de agrotóxicos e violências que um conjunto de organizações de vários campos defendem a institucionalização de uma Política Estadual de Manejo Florestal Comunitário e Familiar (PEMFCF), onde os diferentes sujeitos sociais historicamente marginalizados do estado possam ter assegurado o direito de sua reprodução econômica, política, social e cultural a partir de seus territórios, como legítimos guardadores da terra, da floresta e dos rios. Faz mais de uma década que um conjunto de sujeitos deseja a efetivação da PEMFCF. Tentativa amiúde boicotada pelo Ideflor.

63% das florestas públicas do Pará encontram-se em territórios de comunidades tradicionais. A área equivale aproximadamente a 1,2 milhões de hectares, sob domínio de indígenas, extrativistas, remanescentes de quilombos, quebradeiras de coco babaçu, camponeses, e outras diversidades sociais, esclarece a minuta do documento da PEMFCF. Este é um dos principais argumentos de defesa da política, bem como os péssimos indicadores de desmatamento e violência contra as populações locais.

Com relação à proposta da PEMFCF no âmbito do Pará, informações do site do Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade (Ideflor-Bio), esclarecem que a proposta da política emerge como um instrumento de regulamentação dos preceitos do artigo 3 da lei estadual 6.462, de 4 de julho de 2002, a qual estabelece a Política Estadual de Florestas no Pará.

Nos incisos XVI e XVIII do artigo terceiro, a lei prevê que deve ser estimulada “a implantação de formas associativas na exploração florestal e no aproveitamento de

recursos naturais da flora” e ordenadas “as atividades de manejo florestal, criando mecanismos de exploração autossustentada dos recursos florestais”. O Ideflor-Bio é a autarquia responsável na condução do processo da PEMFCF.

Neste sentido, a proposta para a política propõe o fortalecimento das cadeias produtivas; a regularização fundiária e ambiental para o manejo florestal comunitário e familiar; o desenvolvimento científico e tecnológico que respeite os conhecimentos tradicionais; e a proteção das comunidades e famílias nas relações comerciais.

O músico Caetano Veloso, em sua poética, por conta da permanência de elementos das formas de acumulação dos passos iniciais do capitalismo nas terras do Pará, assim reflete:

*Quem matou meu amor tem que pagar/
E ainda mais quem mandou matar/O império
da lei há de chegar no coração no Pará.*

Interroga-se: quando?

Década de 1980 – mais sangrenta na história de luta pela terra no Pará

A década de 1980 é considerada a mais letal contra camponeses e seus apoiadores no estado do Pará. Latifundiários organizados a partir da União Democrática Ruralista (UDR) são responsáveis por chacinas e execuções de dirigentes sindicais e dos advogados Gabriel Pimenta, João Batista e Paulo Fonteles nos anos finais da Ditadura Civil Militar



Gabriel Pimenta, advogado de posseiros, executado em Marabá, no Pará, em 1982. Fonte: arquivo da família.

No mês de março, a Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) da Organização dos Estados Americanos (OEA) iniciou o julgamento do Estado Brasileiro por negligência e morosidade no processo sobre a execução do advogado de posseiros Gabriel Pimenta. O defensor dos lavradores foi assassinado em plena via pública no dia 18 de julho de 1982, na cidade de Marabá, sudeste do Pará, quando somava apenas 27 anos. A região sudeste do Pará é considerada a mais letal na dinâmica de luta pela terra do país.

Uma nota assinada por Rafael Pimenta, irmão do advogado, esclarece que a polícia encerrou as apurações do caso de Gabriel em 72 horas e o Ministério Público e Poder Judiciário demoraram 21 anos para a conclusão da sentença, onde o júri popular nunca chegou a ocorrer. A conjuntura do caso Gabriel Pimenta representa uma espécie de modus operandi do setor de segurança do estado e do Poder Judiciário, quando a



questão envolve posseiros, camponeses, sem terra e seus aliados.

O evento que redundou na execução de Gabriel Pimenta tem relação com a defesa que o mesmo fez de 150 famílias de trabalhadores rurais em 1981 na cidade de Marabá, explica a nota do irmão Rafael. Ao vencer a causa em favor dos posseiros, os grileiros de terras juraram pela morte de Pimenta, fato que ocorreu 15 dias após a vitória na Justiça.

Apelar para as cortes internacionais tem sido uma saída para que os casos ocorridos nos na década de 1980 e em anos subsequentes não consagre a impunidade como regra, ainda que a luta seja longa, como no caso do advogado Pimenta.

O advogado Gabriel Pimenta - veio ao mundo no dia 20 de novembro de 1954, na Zona da Mata do estado de Minas Gerais, na cidade de Juiz de Fora. Uma cidade universitária. Agitada pelo fervor político. Gabriel foi o terceiro entre os sete filhos homens do seu Geraldo Pimenta e de Dona Glória, ressalta artigo de Rafael Pimenta.

Ainda conforme o mesmo documento, Pimenta cresceu no berço desta agitação

política, quando o país ainda era asfixiado pelo obscurantismo da ditadura civil militar. Foi forjado na construção de centros e diretórios acadêmicos e na reorganização da União Nacional dos Estudantes (UNE). Em 1978, aos 24 anos, gradua-se em Direito.

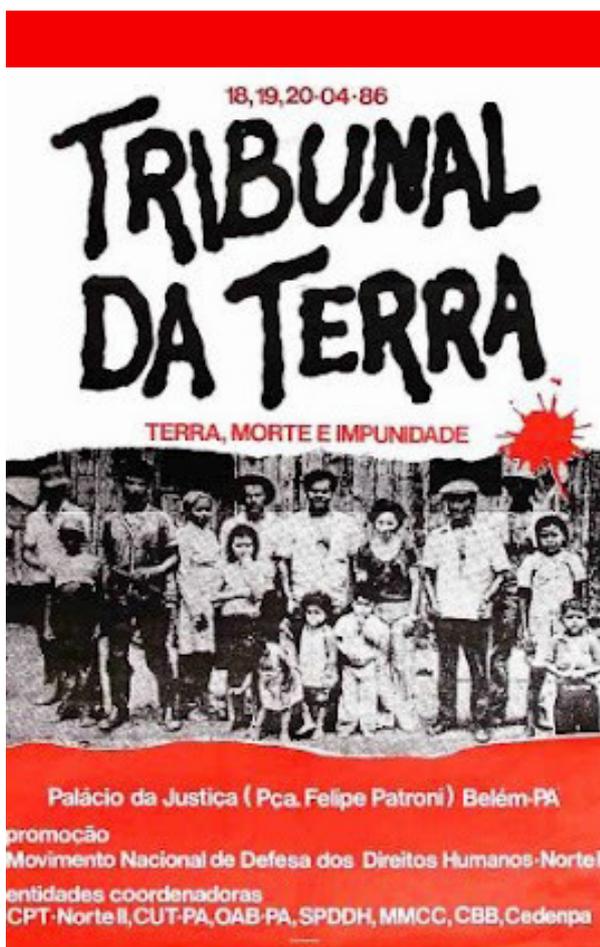
No mesmo ano ingressou no Banco do Brasil via concurso público. Não suportou a atividade no banco por mais de um ano, quando se desligou e mudou para Conceição do Araguaia, sul do Pará, para advogar na Comissão Pastoral da Terra (CPT). O contexto político era delicado, marcado pela militarização da questão agrária, e acirramento dos conflitos pela terra, e muita tensão por conta da Guerrilha do Araguaia, movimento organizado pelo PC do B.

Por diferença metodológica de ação junto aos camponeses com os religiosos da CPT, Gabriel migrou de Conceição do Araguaia para Marabá, por conta de vínculo de amizade com D. Alano, destemido religioso no combate contra o latifúndio da região. Em 1981, após romper com a CPT, e ainda assim continuar na região a defender trabalhadores rurais, impediu uma reintegração de posse. A ação em favor dos posseiros rendeu ao advogado a jura de morte por fazendeiros da região, sublinha Rafael.

No dia 18 de julho de 1982, no final da convenção municipal do PMDB de Marabá, ao sair à rua, Gabriel Pimenta foi covardemente assassinado com três tiros de revólver. Tiros desferidos pelas costas,

disparados a curta distância pelo pistoleiro José Crescêncio de Oliveira, contratado pelo chefe de pistolagem José Pereira Nóbrega, o Marinheiro, sócio de Manoel Cardoso Neto, o Nelito. Gabriel Pimenta tombou sem vida aos 27 anos de idade.

Anos de 1980 – a década mais sangrenta no estado do Pará



Cartaz do Tribunal da Terra. O evento foi realizado na década de 1980. Fonte: blog de Paulinho Fonteles

A dissertação de Rogerio Almeida, apresentada junto a Núcleo de Altos Amazônicos (NAEA), da Universidade Federal do Pará, "Territorialização do campesinato no sudeste do Pará", laureada com o Prêmio NAEA/2008, adverte que a década de 1980 é considerada a mais violenta na região na tríplice fronteira do Pará, Maranhão e norte de Goiás, hoje o estado do Tocantins. Os anos registram várias chacinas e execução de dirigentes sindicais camponeses e seus aliados, e mesmo de família, como no caso dos Canuto, da cidade de Rio Maria.

Ainda segundo a mesma pesquisa, por conta da atmosfera de violência, setores populares organizaram o Tribunal da Terra, uma instância de caráter simbólico, forjada no sentido em chamar a atenção do país e do exterior para o que ocorria no sertão amazônico.

A iniciativa contou com a animação da Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos (SPDDH), e apoio da CPT, OAB, Movimento de Mulheres Campo-Cidade (MMCC), CNBB, CUT e Centro de Defesa

de Estudos e Defesa do Negro no Pará (CEDENPA). Ocorreu em Belém entre nos dias 18 e 19 de abril de 1986, no Palácio da Justiça. Teve como objetivo levantar denúncias contra multinacionais, Estado e o latifúndio. O advogado e deputado federal/PT/SP, Luiz Eduardo Greenhalgh, o cutista Jair Menegheli, Pe. Josimo Tavares, Avelino Ganzer, o advogado José Carlos Castro constavam como representação da sociedade civil.



Padre Josimo Tavares, agente da CPT, assassinado no Maranhão na década de 1980. Foto Miguel Chikaoka

O Pe. Ricardo Rezende trabalhou como advogado de acusação. As chacinas Surubim e Ubã constavam no rol de casos, que somou 83 mortes no ano de 1985 na região. Registraram-se ainda o assassinado do sindicalista Benedito Bandeira, no município de Tomé Açu, onde a comunidade revoltada com a execução destruiu a delegacia e matou os três pistoleiros, que receberam CR\$ 5000,00 do fazendeiro Acrino Breda, que nunca chegou a ser preso. A área em disputa era a fazenda Colatina. O caso é emblemático pelo fato da rápida prisão dos pistoleiros, que ocorreu no mesmo dia, e pelo justicamento ocorrido contra os pistoleiros, por conta das pessoas avaliarem como certa a impunidade.

As execuções da missionária Adelaide Molinari e do sindicalista Arnaldo Deocídio foram pontuadas no Tribunal. O Pe Josimo que coordenou a CPT de Imperatriz, Maranhão,

morto no dia 10 de maio de 1986, participou do Tribunal para denunciar o atentado que sofrera. Um mês depois foi executado com tiros dados pelas costas. A sentença decidiu: que o Estado deveria ser controlado pelos operários; já as multinacionais seriam nacionalizadas, sendo controladas pelo Estado; e o latifúndio deveria acabar sendo as terras distribuídas de forma igualitárias para os trabalhadores rurais.

O advogado José Carlos Castro, escreveu: "Esse Tribunal é um Tribunal porque não pode ser considerado apenas uma informação, porque tem uma expressão política muito forte para a consciência do povo, para a divulgação do que ocorre no campo. É um material

de propaganda de novas idéias. (Jornal Resistência, Ano VIII, Nº 71, Belém, Pará, abril/maio de 1986).

O Jornal Resistência foi editado pela primeira vez em 1978, e circulou de forma regular até 1983. Ganhou por três vezes o prêmio nacional de defesa dos direitos humanos Wladimir Herzog. Por conta do recrudescimento da violência nos anos de 2000, a SDDH e a CPT, ombreadas por outras instituições realizaram o tribunal equivalente ao realizado nos anos de 1980.

Nos anos de 2000, por conta do recrudescimento da violência, marcado por novas chacinas, execuções de dirigentes, prisões e reintegração de posse, novamente setores populares organizaram o Tribunal Internacional dos Crimes do Latifúndio, ocorrido nos anos de 1980, como atesta

o folder ao lado. O governador do Pará na época, o médico Almir Gabriel, responsável pelo Massacre de Eldorado do Carajás ao lado do secretário de segurança Paulo Sette Câmara, ambos já falecidos, e o então presidente da República, Fernando Henrique Cardoso foram colocados na berlinda. Ambos foram do PSDB. Foi no governo deles que ocorreu o Massacre de Eldorado de Carajás, em 1996, no Pará. Chacina precedido pelo Massacre de Corumbiara, ocorrido um ano antes em Rondônia.

CHACINAS NOS ANOS DE 1980 - A defesa radical da propriedade da terra, ainda que em boa parte grilada e improdutiva, descortina na região o período mais sangrento. Entre as chacinas registradas nos arquivos da CPT, na década de 1980, pontuamos sete. Dos sete casos, em apenas dois foram iniciados os processos de apuração. As chacinas tratadas na tabela abaixo contabilizam 62 mortos num prazo de dois anos.

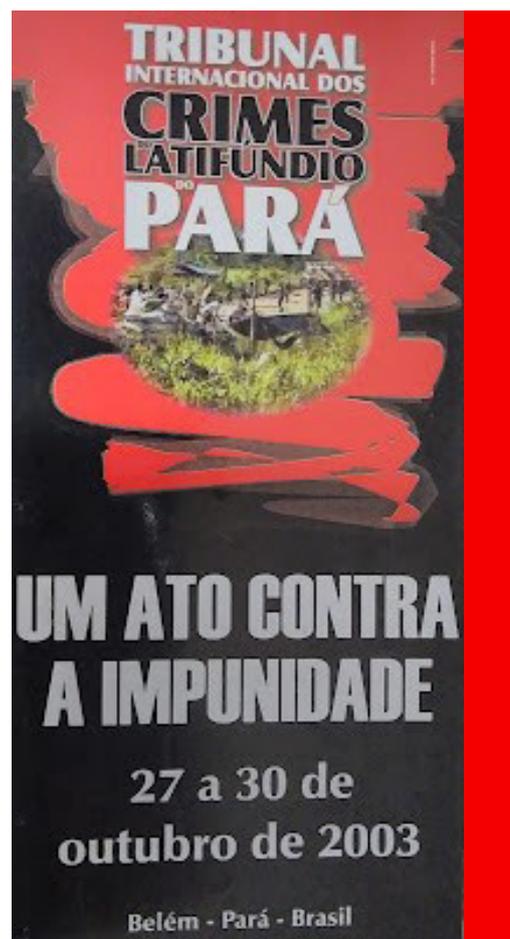


Tabela 1 - Violência no Estado Pará- chacinas na década de 1980 no sul e sudeste do Pará.

Casos	Localidade	Ano	Nº de mortos	Situação Jurídica
Chacina dos Irmãos	Xinguara	Junho/1985	06	Sem processo
Chacina Ingá	Conceição do Araguaia	Maió/1985	13	Sem processo
Chacina Surubim	Xinguara	Junho/1985	17	Sem processo
Chacina Fazenda Ubá	São João do Araguaia	13.06.1985/ 18.06.1985	08	Há 20 anos em tramitação
Chacina Fazenda Princesa	Marabá	28.09.1985	05	Há 19 em tramitação
Chacina Paraúnas	São Geraldo do Araguaia	10.06.1986	10	Sem processo
Chacina Goianésia	Goianésia do Pará	28.10.1987	03	Processo desaparecido
Total = 07			Total = 62	

Fonte: *Violação dos Direitos Humanos na Amazônia: conflito e violência na fronteira paraense –CPT-2005*

Os massacres que tiveram o processo de apuração iniciados são, a chacina da Ubá, ocorrida em São João do Araguaia, onde oito camponeses foram mortos. Já no caso da fazenda Princesa, cinco camponeses executados, onde alguns tiveram as cabeças decepadas, e os corpos jogados no rio. Ambos os processos tramitam há anos. Já no episódio ocorrido em Goianésia do Pará, o processo é dado como desaparecido.

PERMANÊNCIAS – a concentração da terra, as coerções públicas e privadas, as violências em suas múltiplas dimensões, o Estado autoritário, - independente da

verve política do governo - são alguns elementos de permanência nas experiências desenvolvimentistas impostas para a Amazônia, onde a execução de dirigente sindicais e chacinas triunfam como elementos estruturantes, como elencado abaixo. Independente do período histórico, seja na ditadura civil militar, seja na transição, na redemocratização ou nos dias atuais, a violência, bem como a impunidade como regra, insistem em balizar as dinâmicas de luta pela terra.

Alguns casos de execuções e chacinas da luta pela terra no Pará (Tabela 2).

Casos	Cidades	Ano	Filiação
Raimundo Ferreira Lima (Gringo)	São Geraldo do Araguaia	1980	STR
Benedito Bandeira	Tomé Açu	1982	STR
Avelino da Silva	Santarém	1982	STR
João Canuto	Rio Maria	1985	
Virgílio Sacramento	Moju	1987	STR
Expedito Ribeiro	Rio Maria	1991	STR
Arnaldo Ferreira	Eldorado do Carajás	1993	STR
Massacre de Eldorado (19 mortos)	Eldorado do Carajás	1996	MST
Fusquinha (Onalício Barros) e Doutor (Valentin Serra)	Parauapebas	1998	MST
Dezinho (José Dutra da Costa)	Rondon do Pará	2000	STR
Dedezinho (José Ferreira Lima e família (esposa e filho)	Marabá	2001	STR

Ademir Federicci (Dema)	Altamira	2001	STR
Bartolomeu Moraes da Silva	Castelo dos Sonhos	2002	STR*****
Dorothy Stang	Anapu	2005	CPT**
José Cláudio Ribeiro da Silva e Maria do Espírito Santo da Silva	Nova Ipixuna	2011	CNS*
Massacre de Pau d'arco (10 mortos)	Pau d'arco	2017	LCP***
Dilma Ferreira, esposa e um amigo	Baião	2017	MAB*****

Tabela 2 - Casos de execuções e chacinas da luta pela terra no Pará.



Lista de Abreviações

***CNS** – Conselho Nacional dos Seringueiros

****CPT** – Comissão Pastoral da Terra

*****LCP** – Liga dos Camponeses Pobres

******MAB** – Movimentos dos Atingidos por Barragens

*******STR** – Sindicato dos Trabalhadores Rurais

Organizado pelo autor, Rogerio Almeida/2022



Expediente

Mundo Amazônia

7ª Edição - Julho de 2022.

Realização

SINFRAJUPE / SEFRAS

Coordenação

Maria Elena Rodriguez

Moema Miranda

Pesquisa e Elaboração do Texto

Rogério Almeida

Projeto Gráfico e Diagramação

Cláudia Soares

Apoio

Fundação Mott

Realização



Apoio

